

Rio de Janeiro

A caixa-preta dos incentivos

Governo ignora quantas empresas foram beneficiadas na gestão anterior

JULIANA ROCHA

O Governo do Estado não tem o controle das empresas que receberam incentivos financeiros ou tributários no Rio de Janeiro durante a administração Anthony Garotinho (PSB). O secretário de Fazenda, Nelson Rocha, e a subsecretária, Terezinha Freitas, afirmam que este cadastro nunca existiu. Os representantes da administração anterior negam a acusação e dizem que o atual secretariado está mal assessorado no que diz respeito à base de dados da Secretaria.

Fernando Lopes, ex-secretário da Fazenda, justifica que os dados dos incentivos tributários estão arquivados na própria Secretaria.

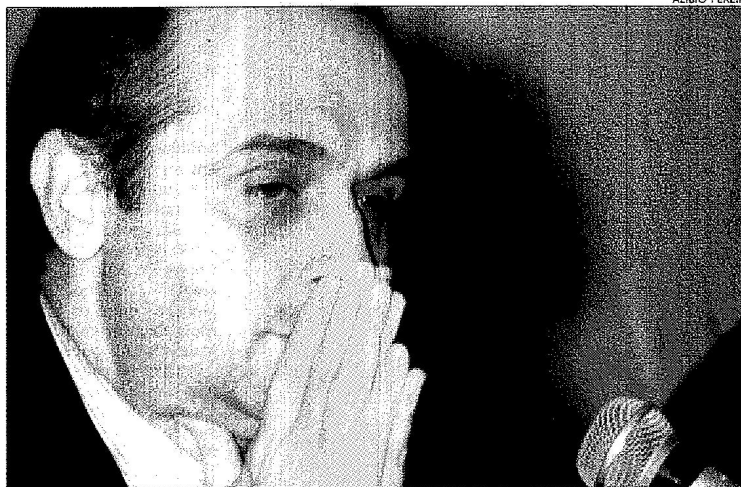
– Todas as empresas declaram todo mês os impostos que tem que pagar e quando recebe algum tipo de benefício, declara justificando a razão do incentivo – esclarece Lopes.

Esta declaração, segundo Lopes é o Guia de Apuração do ICMS (GIA). O ex-secretário afirmou ainda que os benefícios financeiros – que são fornecidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundes) – estão arquivados na Companhia de Desenvolvimento do Estado (Codin).

– Os dados estão lá. Eles devem estar mal assessorados – ressaltou o ex-secretário.

A instituição confirma a informação. A Codin se comprometeu a enviar os dados sobre os financiamentos, mas até o fechamento desta edição estes ainda não haviam sido enviados. A Codin é também o órgão responsável pela arrecadação do retorno dos benefícios.

A subsecretária de Fazenda afirma, no



Nelson Rocha atribui o problema à falta de transição entre Garotinho e Benedita

entanto, que a base de dados dessas empresas não existe.

– O governo nunca teve o controle sobre estes dados. Nunca se soube quanto o Estado deixa de arrecadar e se os incentivos tem efeito na economia – acusou a subsecretária da Fazenda.

Terezinha disse, inclusive, que disponibilizou quatro funcionários da Secretaria para fazer uma busca dos dados junto ao Fundes.

– Estamos fazendo uma busca para levantar estes dados. Esperamos estar com o tra-

balho concretizado dentro de uns 3 meses.

A subsecretária de fazenda justifica a informação de que não existe uma base de dados dos incentivos citando um relatório do ex-subsecretário Rodrigo Silveirinha, no qual ele apontaria para “a impossibilidade de apuração do montante envolvido em benefícios”.

Fernando Lopes rechaça a informação dos atuais gestores da Secretaria, afirmando que o documento expressava a necessidade de se criar um organismo que avaliasse os impactos econômicos dos benefi-

cios de caráter geral que são concedidos.

Os assessores da Secretaria de Fazenda enviaram ao Jornal do Commercio um fax contendo um parágrafo do que eles afirmam ser o relatório de Silveirinha. Requisitados a mandar o documento na íntegra e identificado, a Secretaria de Fazenda se negou, justificando que se tratava de um documento interno.

O representante da antiga administração explicou que, embora já não esteja mais de posse do documento – que pertencem à secretaria de Fazenda – o relatório apontava a necessidade de consolidar os benefícios tributários de caráter geral para prever os impactos sobre a economia. Os benefícios de natureza específica, que são as empresas, podem ser facilmente encontrados uma vez que estão todos documentados, reforça o ex-secretário.

– Os impactos sobre os benefícios específicos são mais fáceis de serem contabilizados. Basta ter vontade e competência para isso. Os de caráter geral são mais complexos de serem analisados, mas não é impossível ser feito – comenta Lopes.

Não é a primeira vez que o embate político travado entre os representantes da administração de Anthony Garotinho(PSB) e Benedita da Silva(PT) deixam dúvidas sobre as finanças do Estado. Logo depois que Benedita assumiu o cargo de governadora, seu secretariado acusou os gestores de garotinho de manipulação de fluxo de caixa.

O problema, diz Nelson Rocha, é que não houve transição de governo.

– Quando nós chegamos, não havia ninguém aqui. Algumas informações, inclusive, não foram fornecidas – reclamou o secretário.